



ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS ICOENSES NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980

Paulo Rogério de Lima¹

Silvia Maria Nóbrega-Therrien²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender os aspectos organizacionais da prática docente de Educação Física em escolas icoenses, no início da década de 1980. Para isso, foi desenvolvido com a abordagem qualitativa, fundamentado na perspectiva historiográfica da Nova História Cultural, utilizando-se da História Oral híbrida. As fontes documentais escritas utilizadas foram as diretrizes educacionais e o diário de classe de Educação Física do início da década de 1980, adotados pela rede estadual de ensino cearense, e as fontes orais foram relatos de dois professores que lecionaram o referido componente curricular nessa época, no Colégio Senhor do Bonfim e na Escola Ana Vieira Pinheiro. Como principal constatação, destacamos que os aspectos organizacionais da prática docente nos estabelecimentos de ensino icoenses estavam engendrados com as questões biológicas, militares e esportivas. Ressaltamos, ainda, que as diretrizes educacionais e o diário de classe além de estabelecerem aspectos organizacionais de funcionamento da Educação Física nas escolas cearenses, também determinavam elementos pedagógicos para a prática dos professores (realização de exame clínico-biométrico, teste de aptidão física e critérios avaliativos).

Palavras-chave: Educação Física. Aspectos Organizacionais. Prática Docente.

ORGANIZATIONAL ASPECTS OF TEACHING PRACTICE IN PHYSICAL EDUCATION IN ICOENSE SCHOOLS IN THE BEGINNING OF THE 1980'S

ABSTRACT

This study aimed to understand the organizational aspects of Physical Education teaching practice in schools in the municipality of Icó-CE in the early 1980s. To this end, it was developed with a qualitative approach, based on the historiographical perspective of the New Cultural History, using Hybrid Oral History. The written

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil; Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC); Membro do grupo de pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2323-4008>. E-mail: progerio.sport@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade de Valência, Espanha; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Líder do grupo de pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-9660-8314>. E-mail: silnth@terra.com.br

documentary sources used were the educational guidelines and the Physical Education class diary from the early 1980s, adopted by the state education network in Ceará, and the oral sources were the reports of two teachers who taught the aforementioned curricular component at that time, at Colégio Senhor do Bonfim and Escola Ana Vieira Pinheiro. As the main finding, we highlight that the organizational aspects of teaching practice in Icó's educational establishments were engendered by biological, military and sports issues. We also emphasize that the educational guidelines and the class diary, in addition to establishing organizational aspects of the functioning of Physical Education in schools in Ceará, also determined pedagogical elements for the teachers' practice (conducting a clinical-biometric examination, physical fitness test and evaluation criteria).

Keywords: Physical Education. Organizational Aspects. Teaching Practice.

ASPECTOS ORGANIZATIVOS DE LA PRÁCTICA DOCENTE EN EDUCACIÓN FÍSICA EN LAS ESCUELAS ICOENSE A PRINCIPIOS DE LA DÉCADA DE 1980

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender los aspectos organizativos de la práctica docente de Educación Física en las escuelas icoenses, a principios de la década de 1980. Para eso, se desarrolló con un enfoque cualitativo, basado en la perspectiva historiográfica de la Nueva Historia Cultural, utilizando la Historia Híbrida Oral. Las fuentes documentales escritas utilizadas fueron las orientaciones educativas y el diario de clase de Educación Física de principios de la década de 1980, adoptados por la red estatal de educación en Ceará, y las fuentes orales fueron informes de dos profesores que enseñaban el mencionado componente curricular en aquel momento, en Colégio Senhor do Bonfim y la Escola Ana Vieira Pinheiro. Como principal hallazgo, destacamos que los aspectos organizativos de la práctica docente en los establecimientos de enseñanza icoenses fueron engendrados con cuestiones biológicas, militares y deportivas. Destacamos también que las orientaciones educativas y el diario de clase, además de establecer aspectos organizativos del funcionamiento de la Educación Física en las escuelas de Ceará, también determinaron elementos pedagógicos para la práctica de los docentes (realización de examen clínico-biométrico, test de aptitud física y criterios de evaluación).

Palabras clave: Educación Física. Aspectos Organizativos. Práctica docente.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, tratamos dos aspectos organizacionais da prática docente em Educação Física, no início da década de 1980, em escolas localizadas no interior nordestino, especificamente nas situadas em Icó, município do estado do Ceará. É sabido, que em âmbito nacional, a década de 1980 foi apontada como marcante para o desenvolvimento de reflexões

e concepções sobre o ensino desse componente curricular nas escolas brasileiras.

No entendimento de Damasceno (2017, p. 34), foi a partir, principalmente, da referida década que começaram a surgir “intelectuais incomodados com os meandros da Educação Física existente”. Nesse ensejo, o ensino da Educação Física vigente na época passou a ser bastante contestado no meio acadêmico e científico, por condicionar a formação dos sujeitos ao desenvolvimento das questões biológicas, militares e esportivas.

Contudo, o fomento a novos direcionamentos à prática docente em Educação Física não reverberou na mesma intensidade por todo o território brasileiro. Corroborando, Daólio (1998, p. 60) ressalta que embora tenham surgidas novas concepções para o ensino desse componente curricular na escola, grande parte dos professores de Educação Física no Brasil se encontrava “distante desta discussão [...]”.

Assim, torna-se importante estudar a realidade escolar local para compreendermos suas peculiaridades e não generalizar estudos realizados em outras regiões do país. Desse modo, concordamos com Rocha (2011, p. 23) que, ao se remeter aos processos históricos sobre a Educação Física, destaca que o estado do Ceará “[...] possui particularidades que podem e devem ser estudadas, analisadas, comparadas e produzir novos conhecimentos, pesquisas e debates”.

Nesse contexto, procurando uma melhor compreensão acerca da historicidade da Educação Física nas escolas do interior cearense, partimos da seguinte questão problema: como estava organizada a prática docente em Educação Física em escolas localizadas no município de Icó-CE, no início da década de 1980?

Cabe mencionar que, de acordo com Goellner (2003), é necessário recorrer à história para melhor conhecer o componente curricular de Educação Física, podendo ser utilizadas várias fontes para desenvolvimento das pesquisas, como vestes, equipamentos, objetos, imagens, textos e depoimentos orais e diversas outras produções humanas. Para a referida autora, é possível “[...] recuperar do esquecimento alguns vestígios e

testemunhos que têm ainda muito a nos dizer” acerca do processo histórico da Educação Física escolar (GOELLNER, 2003, p. 201).

Nesse sentido, objetivamos, neste estudo, compreender os aspectos organizacionais da prática docente de Educação Física em escolas icoenses, no início da década de 1980. Para isso, utilizamos como fontes as diretrizes educacionais e o diário de classe de Educação Física adotados pela rede estadual de ensino na época, e ainda, relatos de professores que ministraram aulas do referido componente curricular.

É relevante frisar que o município de Icó possui seu sítio arquitetônico reconhecido e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1998, por sua arquitetura urbanística ter sido projetada pela Corte Portuguesa em Lisboa. Além disso, foi a terceira vila a ser instalada no território cearense, em 1738, logo após as vilas de Aquiraz (1713) e Fortaleza (1726). Portanto, o referido município possui uma significativa representatividade histórica para o estado do Ceará.

Dito isso, enfatizamos que este estudo é relevante por contribuir para o campo da história da Educação Física, no tocante aos aspectos organizacionais do supramencionado componente curricular em estabelecimentos de ensino localizados em municípios interioranos do país, em particular, nos situados no Ceará.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de abordagem qualitativa, em que o foco na obtenção dos dados foi para nos fornecer “[...] descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 34). Assim, procuramos fazer um levantamento de dados que nos permitissem alcançar uma compreensão da realidade local em relação aos aspectos organizacionais da prática docente em Educação Física de escolas icoenses.

Em relação à perspectiva historiográfica da pesquisa, ressaltamos que se situa, principalmente, no campo da Nova História Cultural. Os objetos de

estudo explorados na Nova História Cultural encontram-se distribuídos em cinco eixos, contemplando sujeitos, processos, padrões, objetos culturais e práticas (BARROS, 2004). Para Lopes e Galvão (2010, p. 32), a referida perspectiva historiográfica ampliou os objetos, as fontes e as possibilidades metodológicas empregadas nas pesquisas de caráter histórico, levando “[...] os pesquisadores a temas antes considerados pouco nobres no interior da própria história da educação”.

Cabe destacar que a estratégica metodológica envolveu o uso da História Oral. De acordo com Macedo, Berté e Goellner (2016, p. 45), a História Oral possibilita trabalhar com “[...] sujeitos que não raras vezes encontram-se nas sombras da história oficial, visto que não são reconhecidos como protagonistas de histórias de superação, vitória e sucesso”.

Contudo, mencionamos que trabalhamos com a História Oral híbrida, que possibilita o entrecruzamento de fontes documentais e orais. No entendimento de Meihy e Holanda (2015, p. 129), na História Oral híbrida “[...] preza-se o poder de “conversa”, contatos ou diálogos com outros documentos, sejam iconográficos ou escritos como: historiográficos, filosóficos ou literários”.

Assim, os documentos utilizados foram as diretrizes e normas de ensino de 1º e 2º graus dos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983 e o diário de classe de Educação Física de 1982, encontrados a partir de visitas ocorridas no início do ano de 2022, no Centro de Documentação e Informações Educacionais (CDIE) e no depósito do setor de documentação escolar da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

Os dois estabelecimentos escolares mais tradicionais do município de Icó-CE, o Colégio Senhor do Bonfim e a Escola Ana Vieira Pinheiro, compõem o *lócus* da pesquisa, sendo que o primeiro foi criado, em 1938, pela Congregação Religiosa das Filhas de Santa Teresa de Jesus que possui sede no município de Crato-CE, e o segundo teve sua origem como o primeiro Grupo Escolar de Icó-CE, instalado em 1922 (LIMA, 2019).

Os referidos estabelecimentos de ensino foram visitados no início do ano de 2022, para o levantamento de nomes do(a)s professore(a)s que

ministraram o componente curricular de Educação Física, a partir, principalmente, da análise dos relatórios anuais finais da década de 1980. A partir desse levantamento, dois professores aceitaram participar do estudo, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No Quadro 1, apresentamos algumas características dos sujeitos participantes da pesquisa.

QUADRO 1 – Sujeitos da pesquisa

Participante	Instituição de ensino	Sexo	Idade	Quantidade de anos na disciplina	Situação
João Pedro	Colégio Senhor do Bonfim	Masc.	64	11 anos (de 1982 a 1992)	Ativo em outra função
Paulo José	Escola Ana Vieira Pinheiro	Masc.	64	5 anos (de 1983 a 1987)	Aposentado

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação aos professores participantes do estudo, notamos que João Pedro trabalhou por 11 anos no Colégio Senhor do Bonfim com a Educação Física e ainda se encontra ativo, só que em outra função e em outra comunidade escolar; Paulo José, por sua vez, trabalhou por 5 anos na Escola Ana Vieira Pinheiro, estando atualmente aposentado. Ambos são do sexo masculino e possuem 64 anos de idade.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e individualizada, em locais e horários escolhidos pelos professores participantes. Como as entrevistas nos moldes da História Oral ocorreram no período de maio a junho de 2022, ainda permeadas pela pandemia da covid-19, buscamos assegurar as condições sanitárias, dirigindo-nos aos locais com passaporte de vacinação atualizado, fazendo o uso de máscara e com álcool gel para constante higienização das mãos e materiais, e procurando respeitar o distanciamento recomendado do entrevistado.

Nesse cenário, destacamos que as entrevistas foram gravadas pelo aplicativo gravador de voz do celular e tiveram duração média entre 20 e 25 minutos. Após procedermos com a transcrição, retomamos o contato com os participantes para realizarmos o processo de validação das entrevistas.

Em relação aos procedimentos éticos da pesquisa, amparamo-nos nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde, a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e, especialmente, a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis na área das Ciências Humanas e Sociais. Assim, as instituições escolares que nos forneceram documentos assinaram o termo de fiel depositário, sendo que os sujeitos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e ainda assinaram o Termo de validação da entrevista e, nesse caso, para preservarmos suas identidades, utilizamos codinomes. Por fim, destacamos que os resultados dessa pesquisa é parte de um estudo mais amplo que passou pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará, por meio da Plataforma Brasil, recebendo o parecer de aprovação (favorável) sob nº 5.372.878.

AS DIRETRIZES DE ENSINO, DIÁRIO DE CLASSE E RELATOS DOS SUJEITOS SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS ICOENSES NA DÉCADA DE 1980

7

Para compreensão dos aspectos organizacionais da prática docente de Educação Física nas escolas icoenses, é oportuno destacar o que as diretrizes educacionais cearenses determinavam para a referida matéria na organização de sua rede de ensino, no início da década de 1980. Nessa conjuntura, o documento intitulado “Diretrizes e Normas do Ensino de 1º e 2º Grau – 1980” foi elaborado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará para organização do ensino da rede estadual.

A Educação Física ganhou destaque nessas diretrizes na parte de instruções e recomendações, constando oito orientações que deveriam ser observadas para o ensino dessa disciplina nas escolas cearenses. As referidas orientações abordavam aspectos organizacionais associados ao quantitativo de aulas nas séries de 1º grau, turno que deveriam ser ministradas, frequência, oferta no curso noturno, recuperação e os procedimentos no início do ano letivo.

FIGURA 1 – Recomendações para Educação Física na rede estadual no ano de 1980

- E – EDUCAÇÃO FÍSICA**
- 01 – Os Professores das séries iniciais (1.^a à 4.^a) ministrarão três aulas semanais de 40 minutos, de atividade físico-recreativa.
 - 02 – Nas séries terminais do 1.^o Grau serão ministradas duas aulas semanais de 50 minutos, totalizando uma carga horária mínima de 72 horas-aulas anuais.
 - 03 – As aulas de Educação Física deverão ser ministradas no mesmo turno das demais disciplinas, reservando-se as primeiras horas da manhã e as últimas da tarde para estas atividades.
 - 04 – Nas séries terminais do 1.^o Grau e do 2.^o Grau, além dos testes de aptidão física, o aluno deverá ser avaliado nos aspectos de conhecimentos, de habilidades e de atitudes.
 - 05 – A freqüência é fator imprescindível na aprovação do aluno, observando-se o disposto no Art. 6.^o – Capítulo II do Regulamento de Educação Física do Estado do Ceará.
 - 06 – Nos cursos noturnos, quando a Escola dispuser de instalações e iluminação adequadas, as sessões de atividades físicas poderão ser ministradas a partir das 18 horas, com a duração de 45 minutos.
 - 07 – A recuperação do aluno deverá ser realizada no decorrer do ano (condições físicas), podendo efetuar-se ainda no período reservado à recuperação final (09 a 22 de dezembro).
 - 08 – Os alunos comprovadamente impossibilitados de freqüentar atividades físicas deverão entregar, no ato da matrícula, atestado passado por médico de órgão oficial (IPEC, INPS, IPM), contendo o diagnóstico. Os demais alunos submeter-se-ão a exame clínico-biométrico, antes do início das atividades físicas, cabendo ao médico dispensar temporária ou definitivamente o aluno, quando julgar deficiente suas condições de saúde.

Fonte: Diretrizes e Normas do Ensino de 1º e 2º Graus – 1980/SEDUC

As duas primeiras recomendações tratavam do quantitativo de sessões no 1º grau, sendo que para as séries iniciais (1ª a 4ª) eram três de 40 minutos de caráter físico-recreativo e para as séries terminais (5ª a 8ª) eram duas de 50 minutos. Percebemos que não há menção em relação a distribuições dessas sessões em dias, diferente do que foi estabelecido no artigo 5º do Decreto federal nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, o qual determinava que para o ensino primário e médio deveria ter três sessões semanais com duração de 50 minutos cada, de maneira que fosse evitado concentrá-las em um único dia ou em dias consecutivos.

Na terceira orientação foi apontado que a Educação Física deveria ser ofertada no mesmo turno das outras disciplinas, sugerindo as primeiras horas da manhã e as últimas horas da tarde. Parece-nos que essa recomendação organizacional era parcialmente seguida nas instituições de ensino icoenses, pois ao analisarmos os horários de aulas das turmas da época, percebemos que abaixo existia uma observação que frisava que as aulas de Educação Física aconteciam nos momentos iniciais da manhã e no final da tarde, contudo não estavam concentradas no mesmo turno que as demais disciplinas.

Os relatos dos professores que ministraram aulas de Educação Física na década de 1980 nas escolas icoenses coadunam com o frisado no documento. O professor Paulo José (1º/6/2022) que lecionou na Escola Ana Vieira Pinheiro nos contou que “a aula era no contraturno, a turma de manhã fazia a tarde e a da noite fazia de madrugada, começando de 5h até 7h e à tarde de 5h às 7h da noite”. O docente ainda ressaltou que “As turmas eram separadas por sexo [...] e as sessões eram intercaladas, digamos segunda-feira era o masculino, terça-feira o feminino, na quarta o masculino, na quinta o feminino, a gente intercalava desse jeito”.

João Pedro (27/5/2022) que ministrou aulas de Educação Física no Colégio Senhor do Bonfim mencionou que suas aulas “eram no contraturno, sempre ensinava ou pela manhã, antes de iniciar o turno ou depois do expediente à tarde. Pela manhã iniciava de 5:30 às 7:30, e à tarde era de 17:30 às 18:30”. O referido professor complementou que “As turmas eram separadas por sexo, sendo que pela manhã ensinava a turma do masculino e à tarde o feminino”.

Nos relatos dos dois professores, podemos perceber que as turmas, para a prática da Educação Física, eram organizadas por sexo e as sessões aconteciam no contraturno. Vale enfatizar que no artigo 5º do Decreto federal nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, como um dos padrões de referências para o ensino de Educação Física, foi estabelecido que as turmas deveriam ser compostas por 50 alunos do mesmo sexo e com níveis de aptidão física similares.

Sobre a organização das turmas por sexo, relatado pelo professor Paulo José na rede estadual de ensino, percebemos que no diário de classe de Educação Física a lista de aluno(a)s era organizada por sexo e no mesmo diário existiam aluno(a)s da mesma série, só que de turmas diferentes.

FIGURA 2 – Organização da lista de aluno(a)s por sexo no diário de classe de Educação Física da década de 1980

EDUCAÇÃO FÍSICA			EDUCAÇÃO FÍSICA				
ANO LETIVO DE 19 83			ANO LETIVO DE 19 83				
SÉRIE (TURMAS TURNO)	Nº de Ordem	Nº do Aluno	NOMES	SÉRIE (TURMAS TURNO)	Nº de Ordem	Nº do Aluno	NOMES
5ª série A - manhã	1	02	Antônio C	5ª série A - manhã	1	01	Ana Su
	2	03	Antônio S		2	05	Cláudia B
	3	04	Francisco S		3	06	Cláudia
	4	07	Francisco S		4	08	Francisco
	5	09	Francisco S		5	12	Francisco
	6	10	Francisco S		6	14	Francisco
	7	11	Francisco S		7	15	Francisco
	8	12	Francisco S		8	19	Francisco
	9	16	Francisco S		9	23	Francisco
	10	17	Francisco S		10	24	Francisco
	11	18	Francisco S		11	25	Francisco
	12	20	Francisco S		12	26	Francisco
	13	21	Francisco S		13	27	Francisco
	14	22	Francisco S		14	28	Francisco
	15	23	Francisco S		15	29	Francisco
	16	24	Francisco S		16	30	Francisco
	17	25	Francisco S		17	31	Francisco
	18	27	Francisco S		18	32	Francisco
5ª série B - noite	19	01	Antônio S	5ª série B - noite	19	36	Francisco
	20	02	Antônio S		20	10	Francisco
	21	03	Antônio S		21	11	Francisco
	22	04	Francisco S		22	12	Francisco
	23	05	Francisco S		23	14	Francisco
	24	06	Francisco S		24	15	Francisco
	25	07	Francisco S		25	16	Francisco
	26	08	Francisco S		26	17	Francisco
	27	09	Francisco S		27	23	Francisco
	28	10	Francisco S		28	24	Francisco
	29	11	Francisco S		29	25	Francisco
	30	12	Francisco S		30	26	Francisco
	31	13	Francisco S		31	27	Francisco
	32	14	Francisco S		32	28	Francisco
	33	15	Francisco S		33	29	Francisco
	34	16	Francisco S		34	30	Francisco

Fonte: Diário de classe de Educação Física do início dos anos 1980, SEDUC

Nesses recortes de dois diários de classe de Educação Física adotados pela rede estadual de ensino no início da década de 1980, podemos notar, no primeiro diário, a composição de uma turma masculina formada pelos alunos da 5ª série A do turno da manhã e da 5ª série B do turno da noite, e no segundo diário, percebemos a unificação dessas mesmas duas turmas, só que direcionada para formação do grupo feminino.

É oportuno observar que a Educação Física ofertada em outro turno dificultava o acesso de muitos alunos para se deslocarem num horário em que não estavam regularmente matriculados, principalmente os discentes que moravam distante da escola e eram desprovidos de recursos financeiros, sem

contar que a oferta nesse molde praticamente isolava a referida disciplina das outras, impossibilitando o desenvolvimento de um trabalho integrado.

No entendimento de Soares *et al.* (1992), esse modelo de turmas de Educação Física que não inclui suas aulas nos horários dos turnos com as demais disciplinas causa prejuízos aos alunos das camadas populares que frequentam a escola pública, porque precisam deslocar-se em dois turnos que nem sempre são consecutivos.

Essa forma de organização das turmas permeava a Educação Física em âmbito nacional. No estudo de Cruz e Moreira (2016, p. 6), ao analisarem os diários de classe de Educação Física do período de 1979 a 1985, da Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino do município de Sinop, no Mato Grosso, foi constatado que também havia a separação de turmas masculinas e femininas, sendo que em um mesmo diário formado por alunos do mesmo sexo, continha discentes de várias turmas, inclusive de séries diferentes, ou seja, existiam “[...] várias séries que compunham juntas uma ou mais turmas de Educação Física”. Para Soares *et al.* (1992, p. 38), devido às turmas serem formadas com alunos de diferentes séries, não há avanço no conhecimento, “[...] na medida em que os conteúdos de ensino nas séries são, em sua grande maioria, os mesmos”.

No tocante à formação das turmas de Educação Física considerando a separação por sexo, Maldonado (2016, p. 17) explica que tem suas raízes históricas ligadas à sua relação com as ciências naturais, em que as aulas dessa disciplina eram “[...] organizadas fundamentadas nas amarras dos discursos biologicistas”. Assim, notamos uma herança na Educação Física desde sua implantação ligada à concepção de corpos femininos e masculinos e suas funções na sociedade.

Recordamos que nos pareceres de Rui Barbosa havia uma recomendação para as mulheres realizarem exercícios de calistenia para o desenvolvimento simétrico do corpo que não comprometessem a doçura, a graça e a elegância das formas femininas, devendo haver uma preparação para as funções de maternidade, sendo que para os homens eram

recomendados exercícios ginásticos e militares para fortalecimento orgânico e preparação para defesa da pátria ou servir a indústria.

E ainda tinham as questões culturais e de moralidade. Para a integridade moral feminina, não era interessante que as mulheres se movimentassem em meio aos homens, pois, de certa forma, era uma maneira de exibição corporal “malvista” para a formação da mulher da época. Corroborando, Goellner et al. (2005, p. 209) ressaltam que “nesse tempo existiam várias restrições para as mulheres, em especial quando relacionadas a sua visibilidade no espaço público”, sendo que a prática esportiva era considerada “[...] como um campo de hegemonia masculina e, não raras vezes, identificado como prejudicial ao corpo e ao comportamento femininos”.

Vale frisar que no recorte temporal do estudo, havia o direcionamento da Educação Física para o desenvolvimento da aptidão física e das habilidades esportivas, então a divisão da turma por sexo estava ligada ao treinamento de equipes e ao desempenho nas modalidades esportivas, para o alcance das melhores performances. Além disso, a separação das turmas por sexo evitava colocar em risco a integridade feminina pelos atritos e choques físicos derivados da prática de alguns esportes.

Atualmente ainda presenciamos algumas atividades de Educação Física separadas por sexo, levando-nos a refletir sobre sua existência e persistência, uma vez que os tempos mudaram e o foco da Educação Física em relação à aptidão física e às habilidades esportivas já não condiz com a prioridade formativa almejada para a área. Assim, concordamos com Gomes (2021) quando reconhece a existência de diferenças, sobretudo biológicas, entre os sexos feminino e masculino, mas que elas não devem ser empecilhos para o desenvolvimento de aulas de Educação Física com as mesmas oportunidades e sem discriminações.

Retomando as diretrizes de ensino do ano de 1980, a quarta determinação para Educação Física na rede estadual enfatizava que além dos testes de aptidão física, a avaliação dos alunos das séries finais do 1º Grau e 2º Grau, também deveria considerar os aspectos voltados para habilidades,

conhecimentos e atitudes. A orientação seguinte abordava a questão da frequência, considerada como imprescindível para a aprovação do aluno.

Em relação à frequência dos alunos nas práticas de Educação Física, cabe destacar que nessa época estava em vigor a lei nacional nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977, que tornava a prática facultativa, em todos os graus e etapas de ensino, para os alunos que estudassem no curso noturno e comprovassem ser trabalhadores com jornada igual ou superior a seis horas; fossem maiores de 30 anos de idade; estivessem prestando serviço militar; se encontrassem amparados pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; estudassem em curso de pós-graduação; e tivessem prole.

Sobre a dispensa de alguns alunos à prática de Educação Física, o professor Paulo José ressaltou que acontecia nos casos quando os alunos chegavam com atestado médico ou trabalhavam. Ele nos relatou que ocorriam:

Por motivos de doenças ou de trabalho, porque tinha essa, né? Digamos, a menina que trabalhava nas casas, aí tinha que chegar cedo para fazer um café, comprar pão, e aí não podia perder o emprego por conta da Educação Física e tinha outro pessoal que eu até me admiro, tinham uns que eram crentes [evangélicos], eles iam porque eram obrigados, eu não dispensava não, eles diziam "professor não posso fazer Educação Física não", mas faziam o exercício, contudo para jogarem num jogavam porque diziam que era pecado, aí ficavam sentadinhos olhando os outros jogarem (PAULO JOSÉ, 1º/6/2022)

Os alunos dispensados da prática de Educação Física das aulas do professor Paulo José estavam amparados pela legislação (problemas de saúde e trabalhador), contudo nos chama atenção a resistência de alguns alunos em participarem da totalidade da prática por questões religiosas, por associar, na época, a disputa, a competição de jogos às situações pecaminosas. Nesse caso, o professor convencia esses alunos a participarem da primeira parte da aula, caracterizada pela realização de exercícios físicos, mas flexibilizava as participações no momento da prática esportiva.

No Colégio Senhor do Bonfim, o docente João Pedro nos contou que a facultatividade acontecia para os alunos que moravam no sítio ou apresentassem algum problema de saúde. Para ele,

Se o aluno morasse no sítio que não tinha possibilidade para estar aqui cedo. E a tarde também, que era depois do expediente, aí o aluno que morava no sítio não praticava as aulas de Educação Física ou então se tivesse algum problema de saúde, que não o tornava apto à Educação Física. Aí pedia um atestado médico para saber se o aluno estava apto ou não para fazer os exercícios, as atividades físicas. E o pessoal do sítio fazia uma avaliação para poder constar a nota do aluno, já que ele não participava porque só tinha as aulas práticas, então eu passava um trabalho avaliativo para eles. (JOÃO PEDRO, 27/5/2022)

Notamos que além dos alunos considerados inaptos pelos médicos, os alunos que moravam no sítio (zona rural) eram dispensados da prática de Educação Física pela dificuldade de acesso à escola em outro horário. Numa época em que os próprios alunos da zona rural deveriam fazer grandes esforços para chegar à escola, a dificuldade de se deslocar em dois horários, nem sempre consecutivos, configurava como um grande obstáculo de acessibilidade à prática da Educação Física.

Esse tipo de dispensa, parece-nos que era comum nas escolas icoenses desde décadas anteriores, perfazendo uma organização local das próprias escolas, já que a legislação vigente não assegurava dispensa por esse motivo (LIMA, 2019). O docente mencionou ainda que, embora a prática fosse facultativa, os alunos que moravam no sítio eram submetidos a uma avaliação para constar sua nota devido à Educação Física ser obrigatória.

Sobre esse trabalho avaliativo para os alunos dispensados da prática, João Pedro esclareceu que era algo simples, geralmente constituído de uma ou duas questões, em que o(a) discente teria que pesquisar algo (como, por exemplo: principais regras, fundamentos, histórico do esporte, dimensões dos locais de prática - como campo, quadra, dentre outros) relacionado a alguma modalidade esportiva.

Contudo, refletimos que esses alunos poderiam beneficiar-se da prática da Educação Física se existissem, na época, meios e programas de incentivo ao deslocamento discente, que pudessem oportunizar sua chegada à escola. Assim, pensar numa oferta de ensino de boa qualidade nas escolas como um todo, e nas aulas de Educação Física de forma específica, perpassa por

garantir o direito de acesso e permanência dos discentes nos ambientes escolares.

A sexta recomendação das diretrizes de ensino de 1980 foi direcionada para os cursos noturnos e ressaltava que as sessões de atividades físicas poderiam acontecer a partir das 18 horas, com duração de 45 minutos cada, desde que a escola dispusesse de instalações e iluminações apropriadas. Embora houvesse essa recomendação, as sessões de Educação Física para as turmas dos cursos noturnos nas escolas icoenses ocorriam no contraturno.

A sétima orientação versava sobre a recuperação do aluno, mencionando que esta poderia ser realizada no decorrer do ano ou no período destinado à recuperação final. Por fim, a oitava orientação enfatizava que os alunos sem condições de frequentar as sessões de atividades físicas deveriam, no momento da matrícula, entregar um atestado com o diagnóstico passado por um médico de órgão oficial.

Para os demais alunos, era prescrito que antes de iniciarem as atividades físicas, deveriam passar pelo exame clínico-biométrico, ficando sob responsabilidade do médico emitir a dispensa temporária ou definitiva, mediante a falta de condições de saúde dos alunos. Essa recomendação estava em consonância com o artigo 12º do Decreto federal nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, o qual definiu que no início de cada ano letivo, os alunos deveriam ser submetidos à exame clínico com médico assistente da instituição de ensino.

No ano de 1981, no documento “Diretrizes do Ensino de 1º e 2º Grau – 1981”, foram mantidas essas orientações para Educação Física, sendo esclarecido na 2ª recomendação que para os anos finais do 1º grau deveriam ser ministradas duas sessões semanais de 50 minutos, desde que a escola apresentasse condições mínimas necessárias, que tivesse vestiários com chuveiros adequados para uso, por exemplo, porque, caso contrário, as aulas poderiam ocorrer em turno diferente.

Embora essa recomendação só aparecesse nas diretrizes de ensino de 1981, as escolas icoenses já trabalhavam com a Educação Física no contraturno. Além de não possuir, na época, vestiários adequados, os

professores se ressentem da falta de materiais e espaços apropriados para a realização das aulas de Educação Física. O professor João Pedro recordou que

Eu mesmo quem conseguia [materiais], porque a escola não dava condições, aí eu mesmo quem trazia. Fazia umas vaquinhas com os alunos aí comprava as bolas, e quando era para fazer algum torneio, eu fazia bingo, fazia rifa, para poder comprar uniformes para disputar os torneios (JOÃO PEDRO, 27/5/2022).

Notamos que existia um contexto bastante complexo no Colégio Senhor do Bonfim para o desenvolvimento da prática docente em Educação Física, no qual o professor precisava criar estratégias junto à comunidade escolar para aquisição de materiais básicos para utilização em suas aulas ou em participação de eventos esportivos.

Situação semelhante foi relatada pelo professor Paulo José (1º/6/2022) ao nos contar que “Eu lutava para conseguir [materiais], a escola não tinha muita coisa não [...] era difícil de conseguir, mas a gente dava um jeito... depois a escola passou a conseguir os uniformes e os troféus para realização dos torneios e os interclasses”. Notamos que a dificuldade de aquisição de materiais para a prática de Educação Física era uma realidade presente na rotina dos docentes das escolas icoenses.

Em relação aos espaços para realização das aulas de Educação Física, o docente João Pedro destacou que

A parte de ginástica escolar eu fazia no local que ficava o pavilhão, num galpão onde hoje faz reuniões. E também tinha um espaço ao lado né, a gente fez um campinho para poderem jogar futebol porque lá não tinha quadra coberta na época, no colégio. Então esses eram os dois espaços que a gente utilizava no colégio, ou quando a gente conseguia junto à prefeitura o CSU (Centro Social Urbano) para jogos. Os torneios assim, sempre eram feitos no CSU, quando a gente conseguia com direção do CSU (JOÃO PEDRO, 27/5/2022).

Podemos notar que o docente João Pedro, no Colégio Senhor do Bonfim, adaptava suas práticas para locais improvisados, otimizando os espaços escolares, e, ainda, utilizava a quadra pública do CSU que fica localizada em frente ao referido colégio. O docente Paulo José ressaltou que

No Ana Vieira, a gente tinha uma quadra lá... Nessa época, já tinha uma quadrazinha interna, inclusive lutamos e conseguimos uma quadra pequena lá atrás, que não é um padrão oficial, mas eu botei a medida da quadra de vôlei, fiz com 18 por 9, e já que não é uma quadra grande, vamos fazer uma oficial de vôlei que ajudou muito e ainda hoje tem. Eu também levava para o CSU, conseguia horário no CSU, porque para as partidas, tinha que treinar numa quadra oficial, e a gente treinava no CSU. Agora para as corridas a gente levava para pista de atletismo, levava para rua, tinha um velho que trabalhava vendendo caldo de cana e ele falava bote essas mulheres para trabalharem, um monte de mulheres dessas correndo no meio da rua (PAULO JOSÉ, 1º/6/2022).

Notamos que, assim como o docente João Pedro, Paulo José também utilizava o espaço público do CSU para a prática da Educação Física, principalmente para preparação de suas equipes para os jogos. O referido professor ainda usava outros locais, como a rua e uma pista de atletismo que existia na década de 1980 no município de Icó.

Outro aspecto relevante que podemos destacar no relato de Paulo José é a desvalorização da Educação Física perante a comunidade local, manifestada a partir da fala do vendedor de caldo de cana, que associava a realização de atividades físicas no meio da rua “à ociosidade ou falta do que fazer”.

Retomando as recomendações das “Diretrizes do Ensino de 1º e 2º Graus – 1981”, frisamos que foram acrescentadas mais duas determinações relacionadas à organização da Educação Física nas escolas cearenses. Estabeleceu como responsabilidades da direção das instituições de ensino: a elaboração de uma reunião de Técnicos de Educação Física com professores dessa disciplina do 1º e 2º graus; o estabelecimento de uma data para acontecer o exame biométrico e médico no mês de fevereiro; e a fixação de uma data de realização do teste de aptidão física para os alunos de 1º e 2º graus. Além disso, recomendou que o início do campeonato de xadrez deveria ocorrer em abril e o início do campeonato interclasse deveria acontecer em maio.

Cabe destacar que o Artigo 4º do Decreto federal nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, estabeleceu que cada escola deveria realizar um plano anual para adequação do currículo aos objetivos pretendidos na área, sendo

que sua elaboração e execução era de responsabilidade do diretor e do professor de Educação Física. Notamos que para a planificação anual da Educação Física na escola, o professor deveria contar com o engajamento da direção do estabelecimento, tanto no planejamento quanto no apoio à execução.

Contudo, parece-nos que nessa época os professores de Educação Física não contavam com muito apoio dos diretores dos estabelecimentos de ensino icoenses, fato já evidenciado nas dificuldades relatadas anteriormente para a aquisição de materiais, e complementado pelo posicionamento do professor João Pedro (27/5/2022), ao enfatizar que “apesar de ser uma escola que não era escola pública [Colégio Senhor do Bonfim]... Não tinha assim um tipo de incentivo, quem incentivava esses alunos a prática de atividade era eu, porque se dependesse da escola não tinha nada”.

No documento intitulado “Diretrizes e Normas do Ensino do 1º e 2º Graus: 1982 – 1983”, de orientações de ensino da rede estadual para os anos de 1982 e 1983, ocorreu um recuo em relação ao que foi acrescentado nas diretrizes de ensino para a Educação Física em 1981, pois literalmente foram adotadas as mesmas recomendações, inclusive com a mesma redação textual, promulgadas no documento de 1980.

Em consonância com as orientações dessas diretrizes, a rede estadual de ensino no início da década de 1980 elaborou um diário de classe específico para a Educação Física. O referido diário foi elaborado pelo departamento de ensino com a coordenação de Educação Física e desporto, possuindo espaço para colocar o nome do estabelecimento, o grau de ensino, o nome do professor e o ano letivo, constituindo-se de dois quadros, um para preenchimento da série, curso, turma e turno, e outro destinado ao horário das aulas.

Por trabalhar em um estabelecimento de ensino particular, o professor João Pedro (27/5/2022) nos explicou que o diário de classe de Educação Física adotado no Colégio Senhor do Bonfim na época era igual ao das outras disciplinas, sendo utilizado, basicamente, para registrar a frequência e o conteúdo trabalhado por aula.

Na parte interna do diário de classe de Educação Física elaborado para a rede estadual de ensino, especificamente no verso da capa, existiam algumas instruções para a utilização do referido diário, que enfatizavam os tópicos: exames clínico-biométricos (datas, peso, estatura, laudo médico e observações); diário (frequência, atividades, número de aulas, faltas e observações); orelha (frequência, faltas e data); avaliação (aptidão física, aspectos avaliados, conteúdo e médias); aulas a recuperar do professor (faltas, frequência e observações); recuperação final (frequência e atividades); e quadro geral (aproveitamento, frequência e percentual).

A primeira recomendação para o preenchimento do diário remetia à realização, por semestre, do exame clínico-biométrico, sendo requeridos o registro da data do exame, a data de nascimento, a verificação do peso e a estatura do aluno, para serem colocados num local específico do referido diário.

FIGURA 3 – Local do diário destinado ao preenchimento do exame clínico-biométrico

E X A M E S C L Í N I C O - B I O M É T R I C O S														
NOME DO MÉDICO: _____					ASSINATURA DO MÉDICO: _____									
SÉRIE(S) TURMA(S) TURNO(S)	Nº de Ordem	Nº do Aluno	DATA DO EXAME		DATA DO NASCIMENTO	IDADE		Nº do aluno	PESO		ESTATURA		LAUDO MÉDICO	OBSERVAÇÕES
			1º SEMESTRE	2º SEMESTRE		1º SEM.	2º SEM.		1º Exame	2º Exame	1º Exame	2º Exame		
	1													
	2													
	3													

Fonte: Diário de classe de Educação Física do início dos anos 1980, SEDUC

Sobre a prática de realização dos exames clínico-biométricos na escola Ana Vieira Pinheiro, o docente Paulo José nos descreveu que fazia da seguinte forma:

No início do ano eu fazia logo o exame biométrico, porque precisava pesar e medir pra você ver o aproveitamento do aluno lá na frente, e a parte do médico, mas como o médico não ia, então o que era que eu fazia, eu examinava e aquele aluno que apresentava problema, eu encaminhava para o médico, que a obrigação era o médico vir para escola consultar de um por um, mas o médico não vinha. Aí o médico não vinha e eu fazia sem aparelho de nada, eu pegava os batimentos cardíacos, pegava a artéria e verificava, inclusive pra não ficar um minuto que demorava, eu marcava 15 segundos e

multiplicava por 4 os batimentos e eu fazia antes do exercício, aí depois do aquecimento de novo, depois do exercício pesado de novo e aquele aluno que apresentava algum problema a gente encaminhava para o médico (PAULO JOSÉ, 1º/6/2022).

Notamos que, embora houvesse o espaço reservado para preenchimento da assistência médica no exame clínico-biométrico na escola, na realidade isso não funcionava muito, pois, na maioria das vezes, o professor era quem realizava a aferição da altura e do peso, e ainda verificava se havia alterações patológicas da frequência cardíaca dos alunos, sendo encaminhados ao médico apenas os discentes que, aparentemente, apresentassem algum problema de saúde. Percebemos ainda na Educação Física, dessa época, um forte prestígio da classe médica na avaliação das condições de aptidão física e saúde dos alunos para autorização de participação na prática de exercícios físicos, ginásticos e esportivos.

Embora não tivesse espaço de registro no diário de classe do Colégio Senhor do Bonfim, o docente João Pedro (27/5/2022) frisou que o exame biométrico também era realizado por ele. O referido professor nos disse que no início do ano fazia o exame biométrico, verificava a altura e o peso e registrava numa ficha dos alunos, “mas isso era feito só no começo do ano, só mesmo para saber se o aluno era apto ou não [à prática de Educação Física]”.

Essa prática de realização do exame clínico-biométrico e registro numa ficha de alunos não foi uma atividade docente específica da década de 1980 nas escolas icoenses, pois desde meados da década de 1960 se fazia presente nas escolas icoenses, sendo constatada no extinto Ginásio Nossa Senhora da Expectação (LIMA, 2019).

Em relação à realização dos testes de aptidão física, a orientação no diário de classe da rede estadual de ensino era que acontecesse um no início do ano (1º semestre) e outro no final do ano (2º semestre), envolvendo os exercícios de salto em distância, velocidade, abdominal, resistência, flexibilidade, força e coordenação motora, no qual se registrava o tempo ou pontos e o conceito ou a nota, sendo que no final do diário havia as

orientações para a realização de cada teste (descrição do teste, local, material e registro).

FIGURA 4 – Local do diário destinado ao preenchimento dos testes de aptidão física

REGISTRO DOS TESTES DE APTIDÃO FÍSICA																	
1º SEMESTRE		PERÍODO					R – registro de tempo ou pontos C/N conceito ou nota										
SÉRIE(S) TURMAS/ TURNOS	Nº de ordem	Nº do aluno	Salto em distância		Velocidade		Abdômen		Resistência		Flexibilidade		Força		Coord.		MÉDIA
			R	C/N	R	C/N	R	C/N	R	C/N	R	C/N	R	C/N	R	C/N	
	1																

EXAMES PRÁTICOS DE APTIDÃO FÍSICA			
TESTES	LOCAL	MATERIAL	REGISTRO
SALTO EM DISTÂNCIA – (força de impulsão) – masc. e fem. – 2º Grau 1. Marcar uma linha no chão 2. Saltar desta linha para frente, saindo da posição parada, pés unidos, flexão das pernas, balanceio dos braços de trás para frente.	– Caixa de Salto ou Terreno Plano	– Giz – Trena	– Distância do Salto (da linha limite à marca do último contato do corpo c/solo)
VELOCIDADE – (masculino e feminino) 1. Posição de pé, com pequeno afastamento para frente e ligeira flexão do tronco e dos joelhos atrás de uma linha de partida 2. Correr em velocidade máxima a distância de 50 metros – 5ª à 8ª Série 2ª Correr em velocidade máxima a distância de 100 metros – 2ª Grau	– Pista de atletismo ou Terreno Plano	– Trena – Cronômetro ou Relógio	– Tempo de corrida

Fonte: Diário de classe de Educação Física do início dos anos 1980, SEDUC

Referente à avaliação, as instruções ressaltavam que deveria ser obtida uma média avaliativa a partir dos aspectos que levassem em consideração os conhecimentos, as habilidades e as atitudes, que se somaria à média do 1º teste de aptidão física e resultaria na média geral do 1º semestre.

FIGURA 5 – Local do diário destinado ao preenchimento da avaliação semestral

AVALIAÇÃO								
1º SEMESTRE								
SÉRIE(S) TURMAS/ TURNOS	Nº de ordem	Nº do aluno	ASPECTOS AVALIADOS				Média do 1º Teste de aptidão física	Média geral do 1º semestre
			Conhecimentos	Habilidades	Atitudes	Média		
	1							
	2							
	3							
	4							
	5							
	6							
	7							

REGISTRO DO CONTEÚDO, DOS ASPECTOS AVALIADOS E RUBRICA DO PROFESSOR	
Data	

Fonte: Diário de classe de Educação Física do início dos anos 1980, SEDUC

Sobre esses aspectos avaliativos na Escola Ana Vieira Pinheiro, o professor Paulo José até citou que parte da avaliação era teórica, mas não trouxe detalhes de como fazia, focou na parte prática, mencionando os testes de aptidão física que constavam no processo avaliativo. Ele nos falou que:

Eu avaliava a parte teórica e na parte prática eu avaliava apoio de frente, avaliava o polichinelo quantos você faz em um minuto, entendeu? no masculino. A mulher já não fazia a barra né? [eu] avaliava essa parte de corrida com o tempo, a mulher 2 mil metros em 12 minutos e o homem 2 e 800 em 12 minutos, aí daí a gente dava a nota, quem chegasse lá no tempo eu dava 10 (PAULO JOSÉ, 1º/6/2022).

Percebemos a ênfase avaliativa no rendimento ou desempenho físico do aluno. Aqueles com melhores níveis de aptidão física, que conseguissem cumprir com o estabelecido, alcançariam a nota máxima, sendo destacados pelo professor os exercícios de força (apoio de frente e barra), de coordenação motora (polichinelo) e de resistência (corrida).

No relato de Paulo José, notamos que a avaliação focava na aplicação de exames físicos preestabelecidos e com um padrão de resultado a ser atingido, com alguns critérios e testes diferentes para homens e mulheres. Assim, observamos que a avaliação tinha foco no produto final, desconsiderando os possíveis avanços individuais que não fossem suficientes para o alcance do padrão estabelecido e sem considerar, muitas vezes, as condições e diversas situações que permeavam o ensino da Educação Física da época.

O docente João Pedro (27/5/2022) não demonstrou focar no desempenho dos testes de aptidão física como critério avaliativo no Colégio Senhor do Bonfim. Ele ressaltou que seus alunos eram avaliados pela chamada, participação nas atividades da prática, e ainda “tinham os trabalhos que eles faziam, os trabalhos que eu passava para poder ter a nota porque era reprovativa a Educação Física. Tanto pela chamada como pelos trabalhos diários”. No relato do professor João Pedro, notamos a utilização de outros critérios avaliativos para a Educação Física, pautados na participação,

frequência, assiduidade e outras atividades, focando muito mais no processo do que no produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos compreender os aspectos organizacionais da prática docente de Educação Física em escolas icoenses, no início da década de 1980, a partir das diretrizes educacionais e diários de classe de Educação Física adotados pela rede estadual de ensino, e ainda dos relatos de dois professores que ministraram o referido componente curricular na época, na Escola Ana Vieira Pinheiro e no Colégio Senhor do Bonfim.

Embora seja comum destacar que na década de 1980, em âmbito nacional, aconteceu uma busca por novas ideias e estratégias de ensino para a Educação Física nas escolas, notamos que nos aspectos organizacionais da prática docente nos estabelecimentos de ensino icoenses ainda havia um forte engendramento nas questões biológicas, militares e esportivas.

Nesse ensejo, a Educação Física nas escolas icoenses encontrava-se ofertada predominantemente no contraturno (primeiras horas da manhã e/ou final da tarde); as turmas eram organizadas por sexo (podendo ser compostas por alunos de turmas e séries diferentes); os casos de dispensas da prática aconteciam mediante apresentação de atestado médico, para discentes trabalhadores e residentes no sítio (zona rural); alguns espaços eram improvisados e havia grande dificuldade de aquisição de materiais para prática.

Constatamos, ainda, que as diretrizes e os diários do início da década de 1980 para o ensino da rede estadual, além de estabelecerem aspectos organizacionais de funcionamento da Educação Física nas escolas cearenses, também determinavam elementos pedagógicos (realização de exame clínico-biométrico, teste de aptidão física e critérios avaliativos) para a prática docente dessa disciplina.

Diante do exposto, ressaltamos que este estudo contribui para a compreensão dos processos históricos da Educação Física escolar,

especificamente no tocante aos aspectos organizacionais da prática docente em escolas icoenses. Portanto, dá conta apenas da realidade local, sendo necessária a realização de novas pesquisas que contemplem outras realidades e regiões do país, e que nos possibilite ampliar os conhecimentos sobre a complexidade da constituição histórica da Educação Física por todo o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D'A. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Diário de classe Educação Física**. Departamento de Ensino, Fortaleza, 1982.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Diretrizes e normas do ensino de 1º e 2º Graus 1980**. Departamento de Ensino, Fortaleza, 1980.

CRUZ, C. G. da; MOREIRA, E. C. Práticas e representações da educação física escolar em diários de classe em Sinop-MT (1979-2009). **Journal of Physical Education**, v. 27, p. e2705, 2016. DOI: 10.4025/jphyseduc.v27i1.2705 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/KZDNCmQfxWtB9YyPy5CD3cf/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2021.

DAMASCENO, L. G. **A produção teórica sobre o ensino da educação física escolar: balanço e perspectivas (1980-2015)**. 2017. 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2017.

DAÓLIO, J. **Educação Física brasileira: Autores e atores da década de 1980**. Campinas: Papirus, 1998.

GOELLNER, S. V. et al. ESEF 65 anos: entre memórias e histórias. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 201-218, set./dez. de 2005. DOI: 10.22456/1982-8918.2878. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2878>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GOELLNER, S. V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do centro de memória do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199-207, set. 2003. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/185>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GOMES, D. **Educação Física Escolar no Brasil: aspectos históricos e científicos, políticas educacionais e concepções de ex-alunos (1960-2010)**. 2021, 315f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2021.



LIMA, P. R. de. **A história da Educação Física no município de Icó-CE:** (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983). 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2019.

LOPES, E. M. S. T.; GALVÃO, A. M. de O. **Território Plural:** a pesquisa em história da Educação. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

MACEDO C. G., BERTÉ I. L., GOELLNER S. V. História oral na era digital: a experiência do projeto Garimpando memórias. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 41-58, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/629>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MALDONADO, D. T. Por uma educação física escolar feminista. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 15 – 38, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352752257_POR_UMA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR_FEMINISTA. Acesso em: 10 jan. 2023.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

ROCHA, A. M. **O passado da Educação Física Escolar em Fortaleza-CE (1865-1930).** Fortaleza: Edições UFC, 2011. 198 p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2013.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.

Recebido em: 11 de março de 2023.
Aprovado em: 05 de outubro de 2023.
Publicado em: 16 de outubro de 2023.

